

FICHA DE RATIFICAÇÃO DE DESPESAS POR INEXIGIBILIDADE OU DISPENSA DE LICITAÇÃO

ORGANIZAÇÃO: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

- Dispensa nº 013/FMS/2018

- Inexigibilidade nº

1 – ENQUADRAMENTO LEGAL: Inciso X do artigo 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores.

2 – CONTRATADO: Espólio de José Luiz de Lima, representado pela Inventariante, a Sra. Mabel Henrique de Lima, regularmente inscrita no CPF/MF sob o n.º 697.619.574-20.

3 – OBJETO RESUMIDO: Locação do imóvel situado na Rua Samuel Caetano da Silva, antiga Rua Santa Rosa, nº 36, Loteamento Popular Santa Rosa, Pontezinha, Cabo de Santo Agostinho/PE, CEP. 54.589-555, destinado ao funcionamento da Unidade de Saúde da Família Santa Rosa.

4 – VALOR CONTRATADO: O valor mensal do aluguel é de R\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais), perfazendo o valor total contratual de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais).

5 – MODALIDADE: Dispensável.

6 – CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 10.301.159.

7 – NATUREZA DA DESPESA: 33.90.36.

8 – RAZÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO (Artigo 24, inciso X da Lei nº 8.666/93):

A solicitação dar-se-á em virtude do Município necessitar firmar contrato de Locação de imóvel, no endereço supramencionado, destinado ao funcionamento da **Unidade de Saúde da Família Santa Rosa**, através da Dispensa nº 013/FMS/2018, com prazo de vigência pelo período de 12 (doze) meses, contado a partir da assinatura do Contrato. Com fito na documentação necessária apresentada tempestivamente para instrução do processo, e conforme o que preceitua o artigo 24, inciso X, da Lei nº 8.666/93, o qual possibilita a locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípua da Administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, mediante avaliação prévia. Diante deste diapasão, constata-se a possibilidade jurídica de contratação por Dispensa de processo licitatório.

9 – JUSTIFICATIVA DO PREÇO CONTRATADO (Artigo 26, inciso III, da Lei nº 8.666/93):

O preço contratado é compatível com o valor de mercado, segundo Parecer Técnico de Avaliação Mercadológica, da lavra do Perito Avaliador Responsável, o Sr. Pablo Oliveira Rolim, regularmente inscrito no CREA sob o n.º 14.181 - D, documento este como parte integrante do processo.

10 – PARECER DA ASSESSORA JURÍDICA Nº 195/18: em anexo

Drª Daniela Lucia Ferreira Pessôa
Advogada
OAB - 25186

Daniela Lucia Ferreira Pessôa

Cabo de Santo Agostinho/PE, 25/10/2018.

Daniela Lucia Ferreira Pessôa
Advogada OAB 25.186-D

11 – RATIFICAÇÃO PELO ORDENADOR DE DESPESAS /
AUTORIDADE SUPERIOR:

Ratifica-se, de acordo com o artigo 26 da Lei nº 8.666, de 21 de Junho de 1993, c/c artigo 2º do Decreto Municipal nº 1.564 de 14 de Junho de 2017, a presente despesa:

José Carlos de Lima
José Carlos de Lima
Gestor Fundo Municipal de Saúde

Cabo de Santo Agostinho/PE, 25/10/2018.

